

Comunidades Rurais (mas nem tanto): proposta de definição de critérios para diferenciação rural-urbana

Ivair Gomes
Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ
ivair@ufsj.edu.br

Arlon Cândido Ferreira Universidade
Federal de São João del-Rei – UFSJ
arloncf@gmail.com

Anna Cristina Corrêa Silveira Universidade
Federal de Minas Gerais – UFMG
annacc_s@hotmail.com

Fernanda Cristina Resende Universidade
Federal de São João del-Rei – UFSJ
fecrisresende@yahoo.com.br

Resumo

A falta de uma metodologia clara para definir o que é urbano e o que é rural faz com que algumas comunidades no entorno da cidade de São João Del-Rei-MG sofram consequências negativas, visto que as políticas públicas nem sempre são direcionadas de acordo com a característica de cada uma delas. Para saber se essas comunidades são realmente rurais ou urbanas foi proposta uma metodologia para definir critérios de diferenciação. Critérios são regras que permitem dar fundamentação necessária para alcançar os resultados dessa pesquisa. O melhor critério encontrado foram às atividades ocupacionais desenvolvidas por seus moradores, já que são eles que definem o grupo social. Entende-se que o espaço geográfico é um espaço social. Sendo assim, as atividades desenvolvidas por seus moradores caracterizarão seus grupos sociais e poderão ser caracterizadoras de seus espaços. Como conclusão apreendeu-se que apenas três, das sete comunidades pesquisadas, mantêm características de espaços rurais, enquanto as outras possuem majoritariamente características urbanas, mesmo todas elas estando equidistantes da sede municipal. Ou seja, neste caso, à distância, o tamanho, os aspectos morfológicos e a densidade demográfica não foram critérios adequados para distinguir comunidades rurais de comunidades urbanas. O melhor critério de distinção encontrado para essa área foi o levantamento das atividades ocupacionais de seus moradores.

Palavras-chave: Rural. Urbano. Metodologia

ABSTRACT

The lack of a clear methodology for defining what is urban and what is rural causes some surrounding communities of São João del Rei city, MG suffer negative consequences as public policies are not always directed according to the characteristic of each. To find out if these communities are really rural or urban proposed a methodology to define differentiation criteria. Criteria are rules that allow give the reasons needed to achieve the results of this research. The best criteria were found occupational activities for its residents, since they are the ones that define the social group. It is understood that the geographic space is a social space. Thus, the activities developed by its residents characterize their social groups and can be characterizing their spaces. In conclusion seized dry only three of the seven communities studied, maintains rural areas characteristics, while others have predominantly urban characteristics, even all of them being equidistant from the municipal seat. In this case, the distance, the size, the morphology and population density were not appropriate criteria to distinguish rural communities to urban communities. The best test for distinguishing found in this area was the survey of occupational activities of its residents.

Keywords: Rural. Urban. Metodology

Introdução

Alguns autores têm enfatizado que o rural não existe mais e que hoje o espaço urbano se espalhou e se fez hegemônico (LEFEBVRE, 2001; MONTE-MÓR, 2006; SILVA, 2002; LUZ, 2003). Diante disso, atualmente, parece não bastar mais estudar o espaço rural. Primeiro é necessário provar que ele ainda existe. No início, essencialmente a partir do século XIX até a segunda metade do século XX, havia uma espécie de hierarquia, na qual ele era visto como inferior ou sobra do urbano (MARX; ENGELS, 1989; MARX, 1997; SIMPSON; WEINER, 1989; RAMALHO; MOREIRA, 2010). Nos últimos 50 anos essa situação se exacerbou, e às vezes nem como “sobra” muitos o aceitam. Ele simplesmente teria deixado de subsistir (GRAZIANO; NAVARRO, 2015). Em determinada medida esse jeito de pensar chega a ser bem agradável a vários grupos de interesse (grupos políticos e econômicos), pois sem o rural não faria sentido a existência no campo de movimentos sociais reivindicando terras, trabalho e dignidade; não haveria o que discutir e tentar solucionar problemas, tais como: fome, exclusão e miséria ao lado de grandes plantações. Sem o rural todo esse conjunto de questões sociais teriam uma existência débil.

Apesar disso, este trabalho mantém como uma de suas premissas corroborar com o entendimento de espaço rural e reforçar a sua existência, a partir das análises que apresentamos. Apenas como exemplo, sem o seu entendimento, na América Latina movimentos como os zapatistas no México ou a ascensão de camponeses ao poder por intermédio de Evo Morales na Bolívia teriam seu entendimento prejudicado já que possuem forte ligação rural (camponeses produtores de milho no México e cocaleiros na Bolívia). No Brasil a luta dos quilombolas por reconhecimento, as questões camponesas (movimentos sociais pelo direito a terra, à moradia digna), a questão da educação no campo, a agricultura empresarial e seus impactos, dentre outros temas, ainda se fazem presentes e carecem de mais estudos e melhores soluções.

O rural (assim como o urbano) passa por constantes mutações. Os espaços geográficos são construções sociais sendo, portanto constantemente cambiáveis. Não é mais plausível imaginar o rural enquanto rusticidade ou isolamento. Em alguns lugares isso ainda pode ser visto, não mais como regra, mas apenas como característica intrínseca àqueles lugares. O rural tradicional ainda existe, mas fundamentalmente e paradoxalmente já é passado. Dentre outros, dois agentes dessas mudanças podem ser destacados: a modernização e a globalização. Apenas como exemplo disso destacamos que tanto produtores familiares de café em Rondônia quanto camponeses aparentemente isolados no semiárido nordestino sofrem (em maior ou menor grau) impactos desses fenômenos (TUBALDINI et al., 2009, SABOURIN, 2000;

TONNEAU; AQUINO; TEIXEIRA, 2005). Outro indicativo das mutações está no fato dos espaços geográficos não serem absolutos, assim se imbricam, misturam, convivem e criam as multifuncionalidades e as pluriatividades. A maioria dos estudos que buscam entender o espaço rural traz o urbano como referência e centralidade. Porém, as atuais relações entre o rural/urbanas não são uma questão de definição entre quem é primeiro ou segundo, e sim a combinação de diferentes facetas da vida (DURÁN, 1998).

Busca-se, nesse trabalho, pensar em critérios que facilitem o entendimento e a diferenciação de espaço rural em relação ao urbano em comunidades do entorno da cidade de São João del-Rei – MG.

Existem diferentes critérios para definir o rural. Dentre eles estão os estudos dos aspectos socioculturais, dos ocupacionais e dos ecológicos (DELGADO, 1992). Ao final essa pesquisa mostrará que o critério considerado adequado foi a análise das atividades ocupacionais dos moradores. Ela mostrou que na área estudada os aspectos socioculturais (festas tradicionais, lazer, renda) rurais e urbanos se entrelaçam, dificultando seu uso como critério diferenciador. O mesmo acontece em relação aos aspectos ecológicos, pois se o rural possui uma ligação mais direta com o meio ambiente, isso também pode ser visto no urbano.

Como dito anteriormente, as atividades ocupacionais (principalmente as laborais), mostraram uma distinção bastante adequada para poder servir como critério de diferenciação entre comunidades com mais características rurais ou urbanas. Isso já havia sido teorizado por diferentes pensadores: Lefebvre (1999) afirmou que compete ao campo o trabalho material, desprovido de inteligência; Teodor Shanin (2007) entende que um grupo social (e o espaço rural é formado por grupos sociais) somente se caracteriza pelas atividades desenvolvidas pelas pessoas. Ângulo e Dominguez (1991, apud BERNARDELLI, 2010) afirmam que as “atividades às quais se dedicam os habitantes são um dos elementos que mais contribuem para definir a cidade”.

A metodologia proposta

Existem diferentes proposições de definição do que seria rural ou urbano. Na primeira metade do século XX, Weber (1921), afirmou que uma cidade só pode ser definida a partir do ponto de vista socioeconômico. Seria o lugar onde a maioria de seus moradores vivem do produto da indústria e comércio. O rural seria o lugar da produção agrícola. Até a segunda metade do século passado outras propostas foram surgindo, sendo que Hernando e Trigueros (1994) compilaram algumas delas (Tabela 1).

Tabela 1: Propostas de definição do rural

Autor	Definição
G. P. Wibberley (1972)	[rural] “A parte de um país que mostra sinais evidentes de um predomínio de usos extensivos da terra, no presente e num passado imediato”.
H. Clout (1972)	“O estudo do uso social e econômico da terra e das mudanças espaciais que tiveram lugar em áreas de menor densidade populacional, nas quais, em virtude de seus componentes visuais, se reconhecem como o campo”.
A. W. Gilg (1978)	“Embora o campo permaneça visualmente diferenciado do mundo urbano, ele está se urbanizando cada vez mais, tanto em termos sociais quanto econômicos”.
G. Duby (1984)	“Certamente, as mais antigas divisões entre campo e cidade foram apagadas de nossos olhos e isso se revelou como uma das mais drásticas mudanças que afetam nossa civilização, no entanto é precipitado falar em fusão entre a cidade e o campo”.
H. Mendras (1959)	“O campo se converteu em um lugar de vida mais que em um lugar de produção agrícola”.
G. Moss (1980)	“[...] constituem o que se considera agora como um sistema contínuo ou contínuo Rural-Urbano, em que não há distinção clara entre o rural e o urbano, e que comporta diversos níveis de atividades sociais e econômicas que alcançam o ponto mais elevado no extremo urbano desse contínuo, o predomínio da atividade humana e a produção de objetos manufaturados se intensificam, enquanto que, no extremo rural, os processos ecológicos e os recursos naturais predominam e se intensificam igualmente”.

Fonte: Adaptado de Hernando e Trigueros, 1994.

Atualmente no Brasil, urbano é toda e qualquer sede municipal (decreto-lei 311 de 1938). Cabe à lei municipal definir os limites das áreas urbanas de cada município. Por exclusão surge o conceito de zona rural.

Em termos descritos por organismos internacionais (alguns já extintos) como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Comissão das Comunidades Europeias (CEE) chegaram a fazer suas propostas de critérios para distinguir o que seja urbano ou rural. Para a ONU, por exemplo, os critérios seriam o predomínio de atividades agrícolas pela população economicamente ativa. Para a OCDE seria necessário, no mínimo, uma densidade demográfica de 150 hab/km² para que uma localidade seja considerada urbana e para a CEE o mundo rural abarcaria aquelas zonas e regiões onde se levam a cabo atividades diversas e incluiria os espaços naturais e cultivados, as pessoas, vilas, pequenas cidades e centros regionais, bem como as zonas rurais industrializadas dessas regiões. (GOMES, 2013).

Do ponto de vista teórico, outros autores expuseram suas idéias do que seja rural. Para Pierre George (1992), rural seria um conjunto de formas e de atividades ligadas à vida do campo. A agricultura seria o único atributo que distingue o rural de outras formas de atividades humanas, e é na sociedade agrícola que está a base da vida rural. Na visão de Bernard Kayser (1989), o espaço rural é um sistema econômico e social, podendo ser definido como sendo um determinado modo de utilização do espaço e da vida social. Dolffus (1973) diferenciava o rural, entre outros atributos, pela sua sociedade, que seria muito menos diferenciada que a sociedade urbana.

Atualmente pesquisadores brasileiros como Rua (2002), Alentejano (2003), Spósito e Whitacker (2010), Gomes (2008, 2013), Marques (2002) e Wanderley (2001) também se debruçaram sobre esse tema. Para Marta Inez Márques, por exemplo,

“o espaço rural corresponde a: um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o “espaço natural” aparece como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa”. (MÁRQUES, 2002).

Para Wanderley, rural se define como:

“Um modo particular de utilização do espaço e de vida social. (...) entendido ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência indenitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade)”. (WANDELEY, 2001).

Dando sequência a essa discussão, este estudo se propôs a sugerir critérios para definir o que é rural e, em consequência, o que é urbano, em algumas comunidades.

Mas quais foram os critérios considerados adequados para fazer essa diferenciação? Dentre os avaliados alguns se mostraram adequados e outros não.

O critério de tamanho demográfico se mostrou inadequado visto que na área de estudo existem apenas pequenas comunidades. O mesmo pode-se dizer dos aspectos morfológicos. O critério densidade demográfica foi considerado impróprio por dois motivos: em primeiro lugar a dificuldade de verificação dos limites exatos das comunidades; e em segundo e principal motivo é o fato desse tipo de critério não considerar as questões sociais, simplificando a definição e levando-a um *reductio ad absurdum*.

As atividades desenvolvidas pelos moradores das comunidades foi o critério que melhores respostas trouxeram. Mas existem vários tipos de atividades: culturais, sociais, laborais. Para não correr o risco de direcionar os resultados não foi definido preliminarmente o que seria considerado uma atividade tipicamente rural ou urbana. A pesquisa de campo descreveu-as e a partir de sua análise pode-se verificar a existência de atividades com características que entendemos serem tipicamente (embora não exclusivamente) urbanas ou rurais.

Diferenciar atividades culturais urbanas das atividades culturais rurais mostrou-se uma tarefa complexa. Não foram encontradas na área de estudo qualquer atividade cultural (festas, danças típicas, cantigas) que pudessem ser classificados como tipicamente rurais ou tipicamente urbanas. Basta ver o exemplo das exposições agropecuárias que, embora mostre a produção rural, são feitas no urbano e frequentadas por moradores das urbes. O mesmo pode ser dito das atividades sociais como festas religiosas que acontecem nas comunidades (como exemplo, podemos citar a festa de São Sebastião, que acontece tanto nas comunidades quanto na sede municipal).

As atividades laborais foram as que apresentaram melhores resultados. Algumas delas, como trabalho no comércio e na indústria, foram consideradas urbanas. A prestação de serviços teve aptidão dupla, mas predominantemente urbanas (mecânico, eletricitista, motorista). O trabalho na lavoura, fabricação de queijos e produção animal (produtores rurais, vaqueiros, etc.) foram consideradas rurais. Após a análise dos resultados foi possível distinguir comunidades com características de espaços rurais e de espaços urbanos, mas não um urbano fortemente recortado pelos fluxos, mobilidades, trânsitos, centralidades e técnicas. Além disso, aceitar que a técnica é um atributo exclusivo da vida urbana industrial é uma ideia que se origina em certa medida de um “etnocentrismo urbanoide”. Trata-se de uma visão em que o urbano invariavelmente aparece como referência superiora e o rural é apenas o espaço da ausência. Quando Milton Santos (1996) disse que o espaço está impregnado de técnica, ele não restringiu

essa afirmação ao espaço urbano.

Os estudos foram feitos em sete comunidades localizadas nos arredores da cidade de São João Del-Rei. São as comunidades do Felizardo, Recondengo, José Teodoro (Bengo), Águas Santas, Elvas e Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno (Rio das Mortes). Todas estão a menos de 12 km da sede do município. Assim, à distância ou dificuldade de acesso não são fatores influenciadores. Embora um levantamento tenha sido feito para essa pesquisa, não há dados censitários oficiais disponíveis acerca do número de residências nas comunidades, sendo assim, optou-se por fazer uma amostragem aleatória simples de acordo com o proposto por Santos (2013), perfazendo um total de 109 entrevistas, com nível de confiança de 95%. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas ao longo de dois anos (2013 e 2014). Aplicaram-se 10 questionários no Felizardo, 15 no Recondengo, 12 no Bengo, 15 no Giarola, 7 nas Águas Santas, 18 no Elvas e 32 no Rio das Mortes. As perguntas versavam sobre local e tipo de trabalho, atividades culturais, educação, mobilidade espacial (migrações), saúde, tempo de residência, características dos residentes (quantidade, parentesco, idade), produção agrícola (quando tinha), renda familiar, acesso a informações, transporte, tamanho da propriedade, idade dos moradores, objetivos (se pretende permanecer/emigrar) e meio ambiente.

Também foram feitas discussões informais com lideranças, comerciantes e moradores, observações diretas e, por fim, análise de dados. A metodologia das discussões e das entrevistas semiestruturadas pretendeu garantir flexibilidade e dinâmica à abordagem do tema proposto.

Resultados

Os resultados encontrados permitem agrupar as comunidades em dois conjuntos: o primeiro são as comunidades com características de espaços rurais, formadas pelas comunidades do Felizardo, Recondengo e Elvas. O segundo são as comunidades com características urbanas, formadas por José Teodoro (Bengo), Giarola, Águas Santas e Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno (Rio das Mortes).

As comunidades rurais: Felizardo, Recondengo e Elvas

Distantes aproximadamente 5 km do centro da sede municipal, as comunidades do Felizardo e Recondengo possuem algumas características em comum: a produção de horticultura e a presença da agricultura familiar. A maioria dos moradores dessas comunidades são descendente de italianos que começaram a chegar à região em 1888,

estabelecendo-se inicialmente na Colônia do Giarola e depois se dispersaram por outras colônias agrícolas da região. Grande parte dos atuais moradores ainda possuem algum grau de parentesco entre si.

As propriedades são relativamente pequenas, raramente superando 10 hectares, com várias gerações da família morando ali, em casas que vão sendo construídas pelos filhos e netos. A produção agrícola ocupa áreas de dois a três hectares. Os principais produtos cultivados são hortaliças (alface, cebolinha, repolho, tomate, inhame, couve, pimentão, cenoura, brócolis e espinafre), mas também há produção de leite, milho, feijão, frutas e flores. A comercialização é feita principalmente em mercadinhos, sacolões e pequenos supermercados da cidade de São João Del-Rei. Existe também uma feira de produtores, na qual, segundo eles, “ganham mais”, pois a comercialização é direta com o consumidor, o que gera melhores resultados financeiros. O problema é que essa feira ocorre apenas uma vez por semana, impossibilitando a venda de toda a produção. Quando há produção um pouco maior, os produtores vizinhos se associam, alugam um caminhão e levam os produtos para serem comercializados na CEASA (Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.) em Belo Horizonte.

Embora residentes em uma área limítrofe à cidade, com a presença de serviços urbanos (transporte público, correios, internet), as atividades desenvolvidas por seus moradores são eminentemente ligadas ao agrícola. Já a comunidade do Elvas está localizada há aproximadamente 12 km da sede municipal, em uma área limítrofe entre os municípios de São João Del-Rei e Tiradentes. Os moradores do Elvas trabalham diretamente em atividades ligadas à criação de gado bovino, à produção de queijo minas e muçarela. Alguns produtores ainda praticam cultura anual de milho e feijão, além da avicultura e pequena pecuária. Eles majoritariamente não possuem descendência italiana como nas comunidades do Felizardo e Recondengo. São fundamentalmente produtores familiares, com a predominância da pecuária leiteira para a venda *in natura* ou a produção de queijos tipo muçarela e manteiga. Nessa comunidade está ocorrendo uma modificação na forma de produção. Várias famílias estão tentando se integrar às novas demandas do mercado, objetivando a obtenção de melhores preços e maior renda. O principal produto dessa nova configuração é a muçarela. Embora esse tipo de produção esteja se difundindo rapidamente entre as unidades familiares, na época pesquisada somente um produtor possuía registro e licenças adequadas à legislação, que lhe permitiam comercializar legalmente sua produção. Todos os outros, em função principalmente dos custos para se regularizarem, trabalham de forma clandestina. A comercialização é feita em pequenos mercados na periferia de São João del-Rei e em pousadas na cidade de Tiradentes. Os produtos fabricados não contêm embalagens com um nome fantasia, apenas um selo informando o local da produção e datas. Isso

dificulta a comercialização, marginalizado o produtor e reduz os preços praticados.

Comunidades urbanas: José Teodoro (Bengo), Giarola, Águas Santas e Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno (Rio das Mortes)

Nessas quatro comunidades, verifica-se uma prática bastante diferente das encontradas em outras comunidades anteriormente analisadas. Os moradores que nelas vivem, em sua ampla maioria, (85%), trabalham em serviços urbanos. São pedreiros, motoristas, mecânicos e principalmente trabalhadores no comércio. Estão empregados em supermercados, lojas, hotéis e na Prefeitura municipal. Não há nas comunidades oferta de emprego típica de espaços urbanos (exceto no Rio das Mortes). Assim, a principal fonte de renda familiar desses moradores vem de empregos que estes têm na cidade de São João del-Rei ou de aposentadorias.

Segundo os entrevistados, por haver acesso fácil entre essas comunidades e a cidade, com ônibus em vários horários do dia (muitos se deslocam de moto e bicicleta), é preferível trabalhar em serviços urbanos. Eles afirmam que a remuneração é maior e mais “garantida”. A facilidade de transporte e a flexibilidade de horários são as principais motivações para eles continuarem vivendo na comunidade e trabalharem fora. Verificou-se, também, que os laços de afetividade e a identificação com o lugar são importantes fatores que mantêm a permanência dos moradores nessas comunidades. Eles não gostam da ideia de venderem suas terras e comprarem um imóvel na sede do município.

Nessas comunidades, estão ocorrendo “novas funções¹”; entre elas, estão às atividades de lazer e turismo rural como os “pesque e pague”, restaurantes e bares, sítios de lazer e segundas residências de moradores urbanos. Portanto, percebe-se que, atualmente, as atividades produtivas tradicionais já não são mais suficientes para explicarem a dinâmica da renda dessas famílias rurais.

O distrito de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno possui uma peculiaridade em relação aos demais. Para os moradores, o distrito se distingue entre o que eles chamam de “centro” e de “rural”. O centro, para os moradores, é onde acontecem às relações de maior contato, compras e prestação de serviços, e que todas estas se encontram próximas umas das outras em um determinado local no distrito. Posto isso, na visão dos entrevistados, tudo que se encontra mais distante desse determinado local (central) não é considerado área urbana, e sim área rural.

¹ Das “funções” clássicas (produção de alimentos e matérias-primas, geração de divisas, etc.) estreitamente relacionadas à dimensão econômica, estes espaços passam a ser vistos e exigidos enquanto cumpridores de múltiplas “funções” (produtivas, mas também preservacionistas, sociais e culturais).

Ainda de acordo com relatos feitos pelos moradores, o que faz com que essas áreas sejam áreas rurais é, justamente, o fato de não possuírem: casas umas próximas às outras – e a própria distância em que se localizam em relação ao centro do distrito–, estradas não pavimentadas, escolas, posto de saúde, supermercado, farmácia, cartório, dentre outros.

O caso do distrito de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno

O distrito de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno faz parte da divisão administrativa de distritos e sedes presente no município São João del-Rei – MG, com população, no ano de 2000, de 2.586 habitantes (IBGE, 2010).

A priori, é de suma importância destacar que, anteriores as realizações das entrevistas, visitas foram realizadas no distrito com o intuito de conhecer o local. Nessas visitas, fizeram-se observações e conversas sobre o modo de vida da população, seus costumes, atividades e dia a dia. Posterior a essas observações e conversas, iniciou-se o trabalho de elaboração e aplicação dos questionários, que tinham questões sociais (escolaridade, atividades culturais etc.) e econômicas (renda, acesso à energia etc.). Das entrevistas, também se obtiveram as seguintes respostas:

- Todos os entrevistados possuíam água encanada, energia elétrica e acesso à telefonia celular e moravam em rua pavimentada;
- 80% deles tinham acesso à água fornecida pelo Departamento Autônomo Municipal de Água e Esgoto (DAMAE);
- As respostas em relação à fonte de renda da família se dividiram. Em sua maioria, pelo menos 80% afirmam que a principal fonte de renda é adquirida no próprio município com atividades ligadas ao meio urbano. Desse grupo, enumeraram-se atividades como balconista de padaria, professora, lavadeira, faxineira e auxiliar de serviços gerais, dentre outras. Algumas pessoas responderam atividades relacionadas ao meio rural embora, atualmente, não dependam exclusivamente dessa renda para sobreviverem;
- Sobre as ocupações anteriores, principalmente dos mais velhos e

aposentados, elas estavam ligadas a profissões como: carpinteiros, lavadeiras, operadores de máquinas e faxineiras, dentre outras; entre as atividades relacionadas ao meio urbano do próprio distrito: auxiliar de serviços, vendedora e balconista, dentre outras; e, ainda, entre poucas pessoas que trabalharam ou ainda trabalham em atividades ligadas ao campo: lavradores e agricultores;

- Todas as pessoas entendem que na periferia do distrito existem áreas e povoados que ainda são rurais. Para 68% das pessoas, esses povoados são avaliados como zona rural pelo fato de estarem afastados do centro – por não se encontrarem no que eles intitulam “perímetro urbano”. Grande parte dos entrevistados, ainda, disse não possuir conhecimento sobre as principais atividades exercidas nesses povoados;
- Pelo menos 80% das pessoas entrevistadas responderam que vão com frequência a São João del-Rei (sede do município) para realizarem várias atividades, como: ir ao médico (quando o médico do posto de saúde do distrito não consegue resolver o problema de saúde do paciente), pagar contas, receber aposentadoria e fazer compras, dentre outras.

Diante dessas informações, foi possível elencar questões de caráter socioeconômico, mobilidade social, territorial e inter ocupacional presentes no distrito.

O distrito é dotado de estruturas técnicas similares a de uma cidade (transporte, correios e posto de saúde), demonstrando, dessa forma, que ele não se encontra isolado e excluído de investimentos que permitam melhor qualidade de vida para a população. Há, ainda, um sistema de transporte urbano, que liga o distrito à sede municipal em vários horários do dia, e um sistema de comunicação via telefone, internet e TV.

Essas questões iniciais demonstram que, por menor que seja a comunidade, ela possui relações próximas e/ou igual de serviços urbanos, infraestrutura e culturas parecidas com a de cidades maiores (ou até relações similares com o próprio município), exalando, com isso, a relação global-local, de tal forma que “as crescentes relações com áreas cada vez mais distantes suprimem as veleidades de autonomia. Não há, pois, como considerar a região como autônoma” (SANTOS, 2008).

Em contrapartida, por mais que existam esses serviços, essa infraestrutura, essa tentativa de aparelhagem do distrito, ainda é recorrente o número significativo de

pessoas que precisam se deslocar até a sede municipal ou a cidades vizinhas para resolver questões específicas do seu dia a dia. Segundo os moradores existe uma falta de opção, falta de concorrência e de diversidade dentro do distrito do Rio das Mortes, fazendo com que as pessoas prefiram realizar suas compras de supermercado, por exemplo, na cidade de São João Del-Rei, assim como realizar consultas médicas com especialistas e vários serviços de cartório, bem como resolver problemas com concessionárias de água e energia elétrica.

Em relação às atividades econômicas predominantes no distrito, percebeu-se que a comunidade do Rio das Mortes é mais um espaço urbano que rural – pelo menos quando o ponto de partida para se chegar a essa ideia baseia-se nas atividades econômicas que ali são exercidas: predominam atividades no comércio, na Prefeitura, em escolas e em indústrias próximas.

Foi indagada, ainda, a opinião dos entrevistados sobre o fato de o distrito ser urbano ou rural. Eles se consideram urbanos, mas relatam que existem povoados rurais nos arredores. Indagados se eles consideravam rurais essas áreas devido às atividades desenvolvidas por seus moradores, os entrevistados respondiam que não, e nem mesmo sabiam que atividades existiam ali. Para eles, o que caracteriza essas áreas como rurais é o fato de estarem distantes da área central do Rio das Mortes, ou seja, do “perímetro urbano” (expressão utilizada pelos entrevistados). Essa distância, na verdade, não era medida em quilômetros ou metros, mas sim a partir de estruturas naturais ou artificiais (“do outro lado da ponte”, “depois que termina o asfalto”, “onde não tem vizinhos de muro”). A própria população desses locais mais afastados se considera moradora rural, mesmo possuindo acesso relativamente fácil e rápido a todos os serviços encontrados no “centro” do distrito.

Comentários finais

É possível afirmar que na área estudada a melhor forma de diferenciação é por meio das atividades laborais (trabalho em indústrias, comércio, agricultura, serviços) da população.

As atividades desenvolvidas nas comunidades demonstram diferenciação: ou são atividades características de áreas urbanas, como indústria, comércio e transporte, realizados por operários e funcionários públicos; ou são atividades efetivas, principalmente no rural e com características de atividades agrícolas. Assim, nesse caso, o rural está intimamente ligado ao agrícola.

Não foi possível distinguir atividades culturais específicas, pois festas religiosas,

exposições agropecuárias e folclore (congado, folia de reis) são frequentados e organizados por moradores tanto de comunidades rurais quanto de originários de áreas urbanas.

Também, não foi encontrada comunidade com aptidão dupla (rural e urbana), sendo que sempre há tendência é por uma dessas duas características. Não foi percebido qualquer atributo que indicasse predomínio de um tipo de espaço que pudesse ser explicado pela distância do centro urbano, pelo acesso ao transporte público ou por atividades culturais, pois todas elas possuem transporte público e realizam atividades culturais na sede municipal. Quanto à distância do urbano, têm-se: Felizardo e Recondengo (rurais), enquanto Bengo, Giarola e Águas Santas (urbanas) são todas limítrofes ao urbano e quase equidistantes do centro (4 km). Enquanto isso, as comunidades do Elvas (rural) e do Rio das Mortes (urbano) estão 7 a 12 km do centro

Dessa forma, a mais importante característica diferenciadora e caracterizadora das comunidades pesquisadas foram às atividades ocupacionais desenvolvidas pelos moradores.

Agradecimento

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio à realização dessa pesquisa.

Referências

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. *Revista Terra Livre*, v. 21, p. 25-39, 2003.
- BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. *Cidade e Campo: Relações e contradições entre o urbano e o rural*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 33-52.
- DELGADO, Felisa Ceña. Transformaciones del mundo rural y políticas agrarias. *Revista de Estudios Agrosociales*, Madrid, n. 162, p.11-35, 1992.
- DOLFFUS, Olivier. 1973. *L'espace géographique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- DURÁN, Francisco Entrena. *Cambios en la construcción social de lo rural; de la autarquía a la globalización*. Madrid: Tecnos. 1998.
- GEORGE, Pierre. *Geografía rural*. São Paulo: DIFEL, 1982.
- GOMES, Ivair. (Re) *Pensando e (Re)Qualificando o Espaço Rural – Uma Contribuição da Geografia ao Debate*. 2008. Tese (Doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- GOMES, Ivair. O que é rural? Contribuições ao debate. *Boletim de Geografia (UEM)*, Maringá, v. 31, n.3, p. 81-96, 2013.
- GRAZIANO, Xico; NAVARRO, Zander. *Novo Mundo Rural: A antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2015.
- HERNANDO, F. M.; TRIGUERO, M. A. La dimension geográfica del desarrollo rural: una perspectiva histórica. *Revista de Estudios Agro-sociales*, Madrid, n. 169, p. 53-87, 1994.
- I B G E . *Mapas Estatísticos*. São João del-Rei. Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/mapas_estatisticos/censo_2010/mapa_municipal_estatistico//mg/sao_joao_del_rei_v2.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2014.
- KAYSER, Bernard. *Les sciences sociales face au monde rural: méthodes et moyens*. Toulouse: PUM-Presses Universitaire Du Mirail, 1989.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.
- LINHARES, Lucas; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho; MONTEMOR, Roberto Luís de. *Urbanização extensiva e desconcentração econômica: a extensão das condições gerais de produção ao entorno metropolitano de Belo Horizonte*. In: Seminário sobre a economia mineira – economia, história, demografia e políticas públicas, 11., 2004, Diamantina. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A056.PDF>. Acesso em: 18 maio 2007.
- LUZ, Adilson Bastos. O urbano-rural. *conj. e planejamento*, Salvador, n.106, p.30-34, mar. 2003.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. T', ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.
- MARX, Karl; ENGELS,

- Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Anita Garibaldi. 1989.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *O que é o urbano no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. 2006.
- MOREIRA, Ruy. *Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão*. São Paulo: Vozes, 1982.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. A visão escatológica de Marx e Engels sobre o campesinato e a vida local rural. *Estudos de Sociologia: Rev. do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, Recife*, v. 16, n. 1, p.179-208, 2010.
- RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppe (Org.). *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2002.
- SABOURIN, Eric Pierre. Viabilidade da agricultura familiar nordestina e globalização: mitos e desafios.
- Revista Política & Trabalho, João Pessoa, n. 16, p.25-39, set. 2000. Semestral.
- SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. *Cálculo amostral: calculadora on-line*. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: fevereiro de 2013.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Ed. da USP, 2008.
- SEGRE, Roberto. Medio siglo de arquitectura cubana (1953-2003). *Café de las ciudades*, Argentina, ano V, n. 40, fev. 2006. Disponível em: <http://www.cafedelasciudades.com.ar/PDFs/cafe_de_las_ciudades_40_PDF.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2007.
- SHANIN, Teodor. Campesinato em movimento. In: *III Simpósio Internacional de Geografia Agrária*. Londrina. PR. 2007.
- SILVA, J. Graziano da. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, IE, 2002.
- SIMPSON, John; WEINER, Edmund. *The Oxford English Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. *Cidade e Campo: Relações e contradições entre o urbano e o rural*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 247 p.
- TONNEAU, Jean-philippe; AQUINO, Joacir Rufino de; TEIXEIRA, Olívio Alberto. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 1, n. 22, p.67-82, mar. 2005. Trimestral.
- TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos et al. Sistemas Agroecológicos na Agricultura Familiar e sua influência no Passivo Florestal nas Microrregiões de Alvorada do Oeste, Ariquemes e Jiparaná em Rondônia. D. In: V SINGA, 5., 2009, Niterói. Anais... Niterói: Uff, 2009. p. 1 - 33. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/>>

CC/Maria Aparecida dos Santos
Tubaldi - CC.pdf>. Acesso em:
19 nov. 2015.